

## DO “COMUM” AO “NORMAL”: as marcas do machismo “nosso” de cada dia

*Ayla Campos Pereira*<sup>1</sup>

*Vinicius Novais Gonçalves de Andrade*<sup>2</sup>

**RESUMO:** Objetiva-se com esta pesquisa a análise dos processos históricos de normalização de discursos machistas. Busca-se analisar como esses discursos foram construídos e tornados ‘normais’ em nossa cultura moderna ocidental bem como os dispositivos que permitem a sua reprodução e recrudescimento. Do ponto de vista teórico tem-se as contribuições dos estudos de gênero e sexualidade. Metodologicamente, considera-se esta investigação como sendo de revisão bibliográfica. Os resultados mostraram um processo de construção histórica de noções discursivas do sujeito mulher como inferior ao homem e ligada a maldade. Mostraram também como os discursos machistas se nutrem de matrizes discursivas de gênero produzidas historicamente. Conclui-se que os discursos machistas encontram-se alinhavados à noções do gênero feminino como inferior, frágil, ligado a reprodução e como objetos de satisfação sexual masculina.

**PALAVRAS-CHAVE:** Discurso. Gênero. Mulher. Machismo.

### 1 INTRODUÇÃO

A análise de discursos machistas se estende para além da compreensão destes como um simples conjunto de enunciados, mas como pautado por Foucault (1970), o discurso estaria ligado, sim, às forças que governam a possibilidade de existência desses enunciados. O discurso, portanto, estaria na cena das relações de poder, na montagem ou no engendramento de hierarquias, nunca neutras ou despretensiosas, mas sempre intencionais e interessadas, com objetivos de alcançar determinados efeitos. Nas palavras do referido autor: “[...] o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nós queremos apoderar” (FOUCAULT, 1971, p. 10).

A compreensão do que vem a ser discursos, mais especificamente os machistas e sua prontidão em circular nas diferentes situações socioculturais, torna-se facilitada quando se compreende dois aspectos indissociáveis: aspectos referentes à construção histórica do sujeito ‘mulher’ e os sistemas de produção de hierarquias de subordinação e insubordinação de

---

<sup>1</sup> Acadêmica de Psicologia da Faculdade Alfredo Nasser. E-mail: aylacpereira@gmail.com.

<sup>2</sup> Professor do colegiado de Psicologia da Faculdade Alfredo Nasser. Doutor em Psicologia pela PUC-GO. E-mail: viniciusnovais@unifan.edu.br.

gênero. Nesse estudo a noção que assumimos da categoria ‘mulher’ é a de uma identidade de gênero performatizada (Butler, 2003) historicamente e que mostra-se fluida, móvel, fronteira em diferentes tempos históricos. Assim, não se trata de algo da natureza humana, dos aspectos biológicos e fisiológicos, mas uma categoria de análise histórica, como afirma Scott (1993, p. 2)

*Quando falo de gênero, quero referir-me ao discurso da diferença dos sexos. Ele não se refere apenas às ideias, mas também às instituições, às estruturas, às práticas quotidianas, como também aos rituais e a tudo que constitui as relações sociais. [...] Portanto, o gênero é a organização social da diferença sexual. Ele não reflete a realidade biológica primeira, mas ele constrói o sentido dessa realidade. A diferença sexual não é a casa original da qual a organização poderia derivar. Ela é antes uma estrutura social movente, que deve ser analisada nos seus diferentes contextos históricos (SCOTT, 1998, p. 2, grifos dos autores).*

Portanto, é a partir deste viés teórico que este estudo se pauta, compreendendo o gênero, sendo as mulheres uma destas expressões, uma categoria de análise histórica que nega as determinações naturais femininas, mas que localiza suas construções em diferentes momentos históricos. Entende-se assim, que aquilo que nos é inteligível por mulher ou mulheres, se refere a uma construção performatizada de gênero, formada historicamente, no contraponto do gênero masculino em uma lógica binária e insuficiente para abarcar a enormidade de possibilidades de expressões de gênero que nos deparamos em nosso cotidiano, a exemplo disso, as pessoas transexuais ou travestis (ANDRADE, 2017).

Andrade (2017, p. 86), ao citar Butler (2003, 2015), se apropria do conceito de performatividade desta autora afirmando que este construto:

*diz respeito, basicamente a dois aspectos: o primeiro se refere a citacionalidade, ou seja, das repetições dos comportamentos, do gestual, dos códigos e signos construídos e solidificados no processo histórico que reificam aquilo que se qualifica como masculino ou feminino (também podem ser pensadas as performances não conformadas aos binarismos), construindo uma versão discursiva do gênero como algo natural, essencial, algo que se nasce com a pessoa. O segundo aspecto constituinte da performatividade é a sua característica iteracional, considerada por Butler [...] a dimensão que explicaria a impossibilidade de se considerar as normas sociais a partir de um viés determinista.*

Diante do fenômeno do machismo e do caráter performatizado da categoria gênero, esta investigação busca analisar teoricamente as raízes históricas dos discursos machistas e de sua recorrência, de seus processos de normatização e normalização bem como de possibilidades de desconstrução.

## 2 METODOLOGIA

Considera-se este estudo como sendo de delineamento de revisão bibliográfica. De acordo com Matos (2015, p. 2)

Revisão da literatura é o processo de busca, análise e descrição de um corpo do conhecimento em busca de resposta a uma pergunta específica. “Literatura” cobre todo o material relevante que é escrito sobre um tema: livros, artigos de periódicos, artigos de jornais, registros históricos, relatórios governamentais, teses e dissertações e outros tipos.

Nesta investigação, foi efetuada a busca por referenciais bibliográficos a fim de constituir embasamento teórico para compreender os processos de construção da “normalidade” dos discursos machistas. Com esta finalidade foram apropriados artigos científicos, livros, dissertações, teses, monografias entre outros, impressos e/ou digitalizados com enfoque nos temas relacionados a discursos machistas e a gênero.

## 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O que se têm atualmente por estudos e produções científicas relacionadas à ‘mulher<sup>3</sup>’ é resultante de uma extensa série de lutas e desbravamentos feministas. A preocupação em construir pesquisas sobre mulheres e por mulheres funcionou e funciona como um movimento de resistência aos discursos vigentes de que esses sujeitos não possuem racionalidade suficiente para estarem inseridas no contexto acadêmico e das intelectualidades. Funciona também como com resistência a invisibilidade e despreocupação histórica em relatar e analisar as demandas sociais, culturais e sexuais das mulheres, invisibilidade esta que se firma no argumento de que as mesmas não compõe uma identidade cultural de notoriedade e relevância.

Michelle Perrot (2006) explicita em uma coletânea de artigos intitulada *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*, “a gênese da mulher a partir de Eva e a concepção da mesma quanto: Mulher, origem do mal e da infelicidade, potência noturna, força das sombras, rainha da noite, oposta ao homem diurno da ordem e da razão lúcida” (PERROT, 2006, p. 168). No período da inquisição havia uma associação feita entre a mulher

---

<sup>3</sup> Em alguns momentos do texto utilizaremos o termo mulher entre aspas por considerar que este termo abarca um conjunto de sujeitos com inúmeras diferenças e singularidades (exemplo: mulher negra, mulher lésbica, mulher transexual), argumentando a favor da desnaturalização das características desses sujeitos.

e o diabo, ou seja, uma produção da inferioridade feminina em comparação a masculina e, a partir dessas aproximações, uma síntese histórica da mulher como sinônimo do mal. Fonseca (2013), por sua vez, apresenta a ideia aristotélica acerca da função da mulher na procriação como responsável pela produção de “matéria-prima”, já que o óvulo é considerado uma semente inativa e informe, à espera do real princípio formador e animador encontrado no sêmen do homem (ARISTÓTELES, 1963 *apud* FONSCECA, 2013, p. 79).

Os gregos da antiguidade tratavam as mulheres como sujeitos inferiores, eram dependentes dos pais e/ou irmãos e após o matrimônio passava para o domínio do marido. Os judeus do Antigo Testamento não construíram discursos emancipadores, havia o pressuposto da submissão feminina, amplamente normatizada, legitimada e reproduzida nas relações sociais (DARMANGEAT, 2016). Incumbiu-se, então, a literatura de versar a respeito de mulheres “extraordinárias” que se destacavam por atitudes que iam na contramão das normas sociais e que contradiziam os preceitos impostos historicamente. Ainda na Idade Média tais contos literários chegaram a ser proibidos para as mulheres solteiras e eram utilizados para advertir as ‘damas da sociedade’ sobre como não se portarem.

Fomentado por ideais religiosos, pensamentos de superioridade únicos e exclusivamente masculinos, coube a mulher uma posição de inferioridade, opressão e submissão, características de um sistema sócio cultural patriarcal que funcionou como base de construções históricas posteriores que conferiram às mulheres o domínio das emoções e o governo do lar e da educação dos filhos. A performatividade destas práticas sociais propiciou que as mesmas se enraizassem em nossa cultura moderna ocidental de maneira profunda de modo que tornaram-se normatizadas e naturalizadas resultando em parte dos nossos “costumes” inculcados nas crianças desde o seu nascimento como “normalidade” esperada para todos os sujeitos.

Foi negado às mulheres, historicamente, o direito à educação, também efeito de um sistema de normas patriarcal que presumia que proporcionar a educação formativa das mulheres era algo dispensável, pois bastavam-lhes conhecimento único e suficiente sobre e para os cuidados do lar e maternais. Aos homens e, somente a eles, eram ocupados os lugares sociais do estudo e do trabalho formal buscando o provimento do sustento para família.

O Iluminismo e a Revolução Francesa foram movimentos importantes e que propiciaram solo fértil para o início e crescimento de lutas que não poderiam se resumir a protestos, pois “reivindicava-se a emancipação das mulheres de estatuto civil dependente e subordinado e a incorporação no estado moderno industrializado, como cidadãs nos mesmos termos que os homens” (EVANS, 1994 *apud* NOGUEIRA, 2001, p. 5). Inicia-se então um

movimento social feminino, feminista, que lutava pelo direito de possuir direitos. Os protestos reivindicavam justiça, igualdade legal, política e socioeconômica, o direito ao voto e ao trabalho. Formalmente e num sentido amplo de cidadania, esses objetivos foram conseguidos, ou seja, todas as mulheres na Europa ocidental (e não em uma dimensão global) passaram a ser consideradas formalmente iguais perante a lei (NOGUEIRA, 2001).

Tais protestos e manifestações que bradavam sobre as insatisfações de gênero causaram – e continuam causando – incômodos reacionários no sistema sociocultural vigente. As conquistas deram-se nos mais diferentes âmbitos, desde o direito ao voto, à educação e ao trabalho, consideradas notáveis e que mostram cada vez mais que as mulheres conseguem se apropriar do domínio das resistências às normas postas culturalmente, pensando naquilo que é melhor para si mesma, ou seja, serem protagonista de sua própria história.

Segundo Winfried Brugger (2007, p. 118) afirma-se que o discurso de ódio, sendo um deles o machista, refere-se a palavras que “pretendem insultar, intimidar ou assediar pessoas em virtude de sua raça, cor, etnicidade, nacionalidade, sexo ou religião, ou que têm a capacidade de instigar violência, ódio ou discriminação contra tais pessoas”. Com a possibilidade de insultar e ferir o direito de outrem, a mulher, por exemplo, segue como um alvo culturalmente legitimado da discriminação, materializada de inúmeras formas, dentre elas o ‘humor’ que mascara e vela o preconceito com pretexto de que “era apenas uma brincadeira”. Em função da idéia de soberania masculina as assimetrias de gênero mostram-se, sobremaneira, intrínsecos em nossa cultura, o que possibilita que os discursos de ódio machistas se tornem frequentes em suas possibilidades, considerados como “normais”, percebidos como acontecimentos comuns e, que para serem evitados, primeiramente seria necessário (des) normatizá-los e (des) normalizá-los.

Para Drumont (1980), o machismo é um sistema ideológico que apresenta modelos prévios que [supostamente] deveriam ser seguidos pelo masculino e pelo feminino, que deve ser aceito e mediado pela “liderança” do masculino, ou seja, desde criança é imposto ao menino e a menina uma série de diretrizes que devem ser seguidas e que lhes é destinada dependendo do gênero assumido. Assim:

O machismo constitui, portanto, um sistema de representação-dominância que utiliza o argumento do sexo, mistificando assim as relações entre os homens e as mulheres, reduzindo-os a sexos, hierarquizados, divididos em polo dominante e polo dominado que confirmam mutuamente numa situação de objetos (DRUMONT, 1980, p. 82).

Em uma concepção do machismo a partir da estruturação de relações de poder hierarquizadas Balestrin e Soares (2015, p. 58) asseveram que o machismo

[...] pressupõe a hierarquia das relações e se manifesta de diversas formas: desde uma palavra que ofende, menospreza e/ou inferioriza a pessoa pelo fato de ser mulher, até formas de violência mais graves, como a violência física, sexual e patrimonial. Muitas vezes, o machismo está sutilmente colocado em piadas, expressões culturais, músicas, falas e tons de falas que implicitamente (ou nem tão implicitamente assim) partem do princípio de que as mulheres são mais frágeis, incapazes de determinados feitos, menos inteligentes para algumas habilidades.

Pensando na relação, mesmo que instável e móvel entre dominadores e dominados, Bourdieu (2012) argumenta sobre a dominação de gênero pelo simbólico que se aparata em uma série de conceitos prévios estabelecidos e normatizados pela sociedade, como no caso do machismo faz com que: “[...] dominados contribuam, muitas vezes à sua revelia, ou até contra sua vontade, para sua própria dominação, aceitando tacitamente os limites impostos, assumem muitas vezes a forma de emoções corporais — vergonha, humilhação, timidez, ansiedade, culpa — ou de paixões e de sentimentos — amor, admiração, respeito” (BORDIEU, 2012, p. 51).

Desta forma tais práticas sociais colaboram para a perpetuação não apenas dos discursos machistas mas, para todo o sistema machista, enraizado na cultura e que se entremeia nas mais diferentes modalidades de relações sociais. Tal reprodução serve de paradigma para demonstrar a recorrência frequente de tais discursos e a importância de se analisar este fenômeno para não corroborar, legitimar e reproduzir tais discursos e outras práticas mas sim de contribuir para a “desconstrução” do machismo que se apresenta historicamente de maneira ora mais, ora menos visível, e “ignorado” e tido como “normal” e “natural”.

Um vislumbre de mudança ou desconstrução do machismo encontra no conceito de performance de Butler (2003) uma possibilidade. A partir do componente iterabilidade de tal conceito torna-se provável que, diante de uma repetição das normas – nesse caso daquilo que sustenta o machismo, ou seja, de normas e hierarquias de gênero – mudanças ocorram, já que a sua reprodução dificilmente é total ou *ipsis litteris* ao proposto nos códigos da cultura. Dito de outra forma, todas as vezes que o machismo se manifestar no nosso cotidiano, seja cada uma destas vezes uma possibilidade de romper, resistir e de produzir novos sentidos sobre os gêneros em suas relações sociais; cada vez menos opressoras, menos violentas e mais justas, igualitárias e solidárias.

## 4 CONCLUSÕES

Conclui-se que, historicamente, discursos sobre as mulheres foram construídos socialmente com características de fragilidade, submissão e inferioridade em relação ao homem. Tais discursos, reiterados passaram a se constituir nas normas de jogos sociais que regulam relações interpessoais e hierarquias de poder nas quais mulheres ocupavam (e ainda muitas vezes ocupam) lugares de subordinação e opressão. A partir de “pré-definições” normativas e normalizadas do que é ser ou não mulher foram construídos os estereótipos de ser uma mulher “boa”, “de respeito”, dentre outras características ou ser uma mulher “má”, “desrespeitosa”, “desqualificada” para a construção de uma família, “imoral” dentre outras adjetivações entendidas como defeitos.

Conclui-se que este processo de configuração generificada possibilita a produção e reprodução de hierarquias de poder nas quais, a partir do ideal binário de gênero, o homem encontra-se na posição de insubordinação, de ordenador enquanto caberia a mulher assim como instituído ao longo das relações histórico-culturais a subordinação, e a opressão. Exemplo disso são os discursos machistas que buscam humilhar, denegrir, diminuir os acessos sociais das mulheres com base em uma discriminação de gênero.

Conclui-se, a partir da revisão bibliográfica construída, sobre a importância do fenômeno abordado – discursos machistas e seus fundamentos históricos – e de possibilidades de formulação de discursos outros, com novos sentidos para a categoria gênero; menos violentos, hierarquizados e opressores. A partir do exposto tornou-se possível concluir sobre a compreensão do machismo como produto histórico e social, de um processo paulatino de citacionalidade do gênero feminino como sinônimo de maldade, reprodução, submissão ao masculino e educação de filhos; códigos esses que se firmaram em diferentes tempos históricos como normas sociais e culturais. Normatizados e normalizados tais códigos propuseram um modelo de mulher/ relações mulheres e homens a ser seguido, argumento esse que defendemos pelo necessário questionamento e reestruturação, uma vez que existem inúmeras possibilidades de viver expressões de feminilidades e masculinidades.

Reconhece-se sobre a importância de compreender as bases históricas que sustentam os discursos machistas bem como dos seus efeitos na vida de diversas mulheres, rumo a sua superação. Com este intuito, movimentos sociais como os feministas têm conquistado cada vez mais adeptos (e também mais reações em seu contraponto) e mostram fortalecimento na busca da produção de novos sentidos para o gênero feminino.

Pode-se refletir e reconhecer que as resistências às normas sociais que localizam as mulheres em lugares de subalternidade são possibilidades de enfrentar o machismo e as desigualdades de gênero. Se não há uma “alma” feminina, uma “natureza” feminina, um “naturalmente” feminino, mas, sim, construções sociais generificadas, reiteramos os dizeres de Simone de Beauvoir: “Não se nasce mulher, torna-se mulher”. Se não há determinismos, transformações sociais são possíveis, logo, analisar e lutar contra o machismo deve ser uma atividade componente da agenda acadêmica.

## REFERÊNCIAS

- ANDRADE, V. N. G. **Transfobia no percurso denunciativo brasileiro**: um estudo a partir do Disque Direitos Humanos da Presidência da República. 304 f. Tese (Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia – GO, 2017.
- BALESTRIN, P. A.; SOARES, R. F. R. Gênero e sexualidade nas práticas educativas. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 9, n. 16, p. 47-61. jan./jun. 2015.
- BOURDIEU, P. A dominação masculina. **Educação e realidade**, Porto Alegre, v. 2, n. 20, p. 133-84, jul./dez., 1995.
- BRUGGER, W. Proibição ou proteção do discurso do ódio? Algumas observações sobre o direito alemão e o americano. **Revista de Direito Público**. Porto Alegre, ano 4, v. 15, p. 117-36, jan./mar., 2007.
- BUTLER, J. **Problemas de Gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- DRUMONT, M. P. Elementos para uma análise do machismo. **Perspectivas**, São Paulo, n. 3, p. 81-5, 1980.
- FONSECA, P. C. L. Misoginia, o mal do homem: postulados filosóficos e literários do mundo antigo e do seu legado medieval. **Revista Acta Scientiarum: Language & Culture**, Maringá, v. 35, n. 1, p. 75-85, jan./mar., 2013.
- FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura F. A. Sampaio. Campinas: Loyola, 1998a.



MATOS, P. C. **Tipos de revisão de literatura**. Faculdade de Ciências Agrônômicas de Botucatu, 2015. Disponível em: <<http://www.fca.unesp.br/Home/Biblioteca/tipos-de-evisao-de-literatura.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2018.

NOGUEIRA, C. **Um novo olhar sobre as relações sociais de gênero: feminismo e perspectiva crítica na psicologia social**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2001.

PERROT, M. **Os Excluídos da história: mulheres, operários e prisioneiros**. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 1-35. jul./dez. 1990.